



DESAFIOS.GOV

Programa Inova PE, do Governo de Pernambuco

Agência Pernambucana de Águas e Clima - Apac

Superintendência de Assuntos Jurídicos (SAJ)

Problematização: Assistente Jurídico Inteligente - APAC/PE

Objetivo

Desenvolver um sistema com base no ChatGPT voltado para auxiliar o departamento jurídico da APAC na elaboração, revisão e atualização de peças processuais e documentos jurídicos, com base na legislação, jurisprudência, doutrina e normas específicas aplicáveis à administração pública estadual, especificamente as relacionadas às competências da Autarquia, que atua.

Funcionalidades do Assistente Jurídico

1. Geração Automatizada de Documentos Jurídicos

○ Peças contempladas:

- Nota técnica
- Ofício
- Contratos, distratos e rescisões
- Aditivos contratuais (prorrogação e reajustes)
- Termos de cessão
- Convênios
- Termo Referencial
- Editais
- Portarias
- Resoluções
- Decretos
- Leis estaduais
- Despachos
- Relatórios
- Processos administrativos (penalidade e disciplinar)
- Notificações
- Acordos de cooperação
- Termos de compromisso

2. Fundamentação Jurídica Integrada

- Legislação atualizada automaticamente (via integração com bases jurídicas)
 - Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)
 - Lei nº 8.666/1993 (vigente em transição)
 - Lei nº 6.123/1968 (Estatuto dos Servidores do Estado de Pernambuco)
 - Decreto estadual nº 52.359/2022
 - Decreto nº 42.191/2015
 - Decreto nº 57.002/2024
 - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
 - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015
 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
 - Lei nº 14.028, de 26 de março de 2010
 - Resoluções da ANA
 - Boletins da Procuradoria Geral do Estado – PGE
 - Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005
 - Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.
- Jurisprudência atualizada (STJ, STF, TCE-PE, TJPE)
- Doutrina relevante
- Modelos padronizados da PGE/PE
- Manual de Redação da Presidência da República para padronização da linguagem

3. Interface de Uso

- Plataforma web com interface amigável e intuitiva
- Campos para seleção do tipo de peça + preenchimento de dados específicos (partes, objeto, prazos etc.)
- Opção de upload de documentos para análise e complemento
- Geração de documento editável (formato .docx ou .pdf)

ATENÇÃO:

O projeto apresentado deve atender integralmente ao disposto na **Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, assegurando que os direitos dos titulares sejam garantidos durante toda a existência do tratamento de dados pessoais realizado pela Agência. É fundamental que todo o processo esteja em conformidade com as hipóteses legais de tratamento e com os princípios estabelecidos pela LGPD, incluindo a finalidade, necessidade, transparência, segurança e prevenção.

Ressalta-se, ainda, que as informações protegidas por sigilo continuam sujeitas aos normativos e regras específicas, permanecendo resguardadas mesmo sob a vigência da LGPD. Assim, deve haver especial atenção à proteção dos dados pessoais contidos em peças processuais e demais documentos que integrem o projeto, garantindo que o sigilo seja mantido e que o tratamento ocorra dentro dos limites legais e éticos.

Essas e outras questões fundamentais devem ser observadas como forma de assegurar a conformidade com a legislação vigente e a confiança da sociedade na atuação da administração pública.

CONTATO: Patrícia Carolina de Moura Regueira (Analista de Planejamento e Monitoramento da APAC)
Fone (81) 9.9272-3869 ou 3183-1042